

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.021 - MG (2018/0325616-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : DANIELE CLAUDIA MATTA FAGUNDES ZARATE
AGRAVANTE : DERLIM SEVERIANO DE PAULA
AGRAVANTE : DJALMA TOLENTINO MUNIZ
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO-SINDIFES
ADVOGADOS : MARIA DA CONCEIÇÃO CARREIRA ALVIM E OUTRO(S) -
MG042579
BERNARDO GONTIJO DE CASTRO - MG180948
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, IV E V, E 1.022 DO NCPC. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3.17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fls. 242-243):

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 3,17%. INCLUSÃO DO PERCENTUAL DE 28,86%. A LIMITAÇÃO DO REAJUSTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. PSS SOBRE JUROS DE MORA.

1. Cuida-se de decisão proferida na regência do CPC de 1973, sob o qual também foi manifestado o recurso, e conforme o princípio do isolamento dos atos processuais e o da irretroatividade da lei, as decisões já proferidas não são alcançadas pela lei nova, de sorte que não se lhes aplicam as regras do CPC atual, inclusive as concementes à fixação dos honorários advocatícios, que se regem pela lei anterior.

2. O termo inicial do reajuste de 3,17% é a data de 1º/01/1995, e o termo final é a data da efetiva reestruturação ou reorganização de cargos e carreiras, conforme art. 10 da Medida Provisória n. 2.225, de 2001, ou, no caso de não ter havido reestruturação, o termo final é 31/12/2001, uma vez que o art. 9º da referida MP determinou a incorporação desse mesmo percentual à remuneração dos servidores públicos federais a partir de 10/01/2002, na linha da jurisprudência do STJ.

3. Não há falar em ofensa à coisa julgada no caso de não ter havido

discussão no processo de conhecimento da questão concernente à reestruturação, uma vez que o direito ao referido complemento de reajuste foi assegurado pelo legislador a todos os servidores do Poder Executivo Federal, nos termos dos arts. 8º e 9º da Medida Provisória n. 2.225-45, de 2001, dispondo-se, ainda, que, se tivesse havido reestruturação da carreira, até aí incidiria o reajuste, nos termos do art. 10 da mesma medida provisória. Portanto, se a sentença impôs como data limite ao reajuste data anterior à referida medida provisória, tendo transitado em julgado, vigora o quanto disposto na sentença; se não foi fixado limite temporal, a regra da lei, que determinou o reajuste para todos os servidores, alcança todas as demais situações, pois em casos assim a violação do direito, pela não aplicação do art. 28 da Lei n. 8.880, de 1994, foi restaurada pela referida medida provisória. É cediço que a sentença em casos da espécie tem eficácia *rebus sic stantibus*, de modo que restaurado o direito tem-se atendido o quanto nela determinado, não podendo haver, por outro lado, duplicidade de incidência do mesmo percentual aos servidores, uma pela lei e outra, pela sentença.

4. O reajuste de 3,17% deve incidir sobre a remuneração do servidor, o que inclui o índice de 28,86%.

5. Nos termos da Súmula n. 306 do STJ, os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. O Supremo Tribunal Federal tem reafirmado sua jurisprudência, no sentido dessa possibilidade de compensação, conforme precedente declinado no voto.

6. Juros de mora fixados nos termos do voto.

7. De acordo com o disposto no § 1º do art. 4º da Lei n. 10.887, de 2004, que trata da incidência do PSS, os juros de mora não fazem parte da base de contribuição, pois têm natureza indenizatória e não remuneratória.

8. Apelação da parte embargada desprovida; apelação da parte embargante provida, em parte, para ajustar a incidência dos juros de mora e de correção monetária como declinados no voto.

Os embargos de declaração interpostos pelo Sindicato foram rejeitados (e-STJ fls. 282-283).

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, os agravantes apontam, preliminarmente, violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, a parte recorrente aponta violação dos arts. 10 da Medida Provisória 2.225/2001 e 493, 502, 503, 507, 508, do Código de Processo Civil/2015. Sustenta, em síntese, que não é possível arguir, em sede de embargos à execução, a limitação do reajuste de 3,17% a maio de 2001, por força da MP 2.150-39.

Contrarrazões não apresentadas.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 403-404).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Na origem, cuida-se de embargos opostos pela recorrida à execução que lhe move os exequentes, fundada em título executivo judicial que interpreta o reajuste de 3,17% proveniente da Lei 8.880/1994.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação, mantendo a sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos no sentido de manter a limitação do reajuste à data da reestruturação de cargos dos embargados (maio de 2001).

Na espécie, vê-se que o Tribunal local enfrentou devidamente as questões postas ao entendimento de que os servidores Técnicos-Administrativos foram beneficiados com a edição da MP 2.150-39/2001, pela reestruturação das carreiras, devendo a diferença dos 3,17% ser limitada ao mês de maio de 2001.

No mais, o recurso não merece prosperar, porque, consoante jurisprudência do STJ, no tocante à MP 2.225-45/2001, referida norma constitui fato superveniente a ser invocado até mesmo em execução, no caso de ter a sentença que reconheceu o direito ao resíduo de 3,17% transitado em julgado em momento anterior à sua vigência, o que afasta, portanto, eventual ocorrência de afronta à coisa julgada na hipótese vertente (c.f.: AgRg no REsp 1.176.830/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 4/8/2014).

Correto pois o acórdão recorrido que limitou a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das Instituição Federais de Ensino (IFES), o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001 (c.f. AgRg no Ag 1.351.949/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/4/2014). Incide, na espécie, o teor da Súmula 83/STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO À REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

1. É firme a jurisprudência desta Corte Superior de que não resulta ofensa à coisa julgada a determinação de limitação temporal do pagamento do reajuste de 3,17% à data da reestruturação ou reorganização da carreira. Precedentes.

2. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no ARES 1.411.339/MG, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 9/3/2020, pendente de publicação)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO.

1. Caso em que o Tribunal de origem negou provimento às apelações, mantendo a sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos no sentido de reconhecer a compensação dos valores pagos

administrativamente; a limitação do reajuste à data da reestruturação de cargos dos embargados (maio de 2001); e a exclusão, da base de cálculo, das retribuições por cargos de direção e funções gratificadas modificadas pela Lei n. 9.640/1998.

2. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no artigo 535 do CPC/1973 a reclamar a anulação do julgado, mormente quando o acórdão recorrido está devidamente fundamentado.

3. Correto o acórdão proferido ao limitar a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFES), o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001. Precedente: AgRg no Ag 1.351.949/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/4/2014.

4. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl. no REsp 1.230.882/PR, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/06/2017)

Ante o exposto, **conheço do agravo para negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator